

Nota do Encontro Nacional de Assistência Estudantil da UNE

Desde 2014, quando a União Nacional dos Estudantes organizou seu III Seminário de Assistência Estudantil, realizado em Ouro Preto – MG, a conjuntura brasileira sofreu profundas mudanças. Naquela época, a tônica e os rumos da luta do movimento estudantil eram totalmente distintos. Na educação, avançávamos na democratização do acesso ao ensino superior e das políticas de permanência estudantil.

Passados sete anos desde o último Seminário de Assistência Estudantil da UNE, o Brasil se encontra em uma situação angustiante. Em 2016, um golpe parlamentar impôs um projeto de destruição da soberania. Desde então, uma série de medidas têm sido aprovadas com o objetivo de ampliar o programa neoliberal e reconduzir o Brasil à condição de subalternidade na geopolítica global. Nas universidades, essa nova tônica começou a mostrar as caras logo após o golpe, com a aprovação da PEC da Morte, hoje conhecida como Teto de Gastos, além da reforma trabalhista e mais uma série de cortes e medidas, com o objetivo de enriquecer cada vez mais os ricos e banqueiros do nosso país.

Antes, boa parte de nossas reivindicações eram por mais: mais assistência estudantil, mais vagas nas Casas de Estudante, mais creches para as estudantes mães, mais Restaurantes Universitários e mais recursos para o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que havia sido decretado quatro anos antes. Embora não tenha sido transformado em lei e até hoje existe apenas como um decreto, o PNAES foi uma importante conquista das lutas do movimento estudantil e garantiu uma política mais sólida de permanência. Nesse sentido, é importante ressaltar que defendemos a aprovação do Projeto de Lei n. 3474/2015, de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAE, regulamentando o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 e dá outras providências - projeto de lei que foi construído a partir do diálogo com o Fonaprace e com o movimento estudantil.

Devemos lembrar que, por muito tempo, a assistência estudantil foi tratada como caridade ou favor, o que postergou a consolidação dessa política como um direito. Durante a ditadura militar, com o processo de reestruturação conservadora e empresarial das universidades, a assistência estudantil adquiriu um novo sentido: o de uma contrapartida-trabalho. Ou seja: estudantes em situação de vulnerabilidade receberiam auxílios financeiros, desde que trabalhassem em algum setor da universidade, substituindo o trabalho de um técnico-administrativo. Essa concepção meritocrática e liberal da permanência estudantil, combatida pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e pela UNE, desconsidera a assistência estudantil como um direito fundamental e contribui para o aumento da desigualdade de oportunidades dentro da universidade. Enquanto alguns possuem condições de permanecer e se dedicar integralmente às atividades acadêmicas, outros têm que conciliar os estudos com a bolsa-trabalho, que geralmente não têm relação com a área do conhecimento cursada.

Desde a “Ponte para o Futuro”, iniciada ainda no governo de Temer, as universidades e Institutos Federais sofrem constantes ataques aos seus orçamentos e ao papel que cumprem na sociedade. Esse processo se agravou a partir de 2019, com a posse de Bolsonaro e seus ministros anti-educação. O atual governo brasileiro é fascista, genocida, corrupto, entreguista e não esconde seu menosprezo à educação e às nossas instituições de ensino superior.

Felizmente, o programa “Future-se”, apresentado pelo governo federal em 2019, foi derrotado, mas devemos manter os olhos abertos, pois independente do nome que tenha, esse projeto político vem sendo implementado em nossas universidades e Institutos Federais. Hoje, já temos mais de 20 Instituições Federais de Ensino sob intervenção, ou

seja, sendo geridas pelos capangas de Bolsonaro que referendam sua política nacional, não fazem nenhum contraponto aos cortes e também aceleram e contribuem para a precarização da assistência estudantil. O objetivo, a longo prazo, é fazer com que os estudantes pobres, negros, indígenas, as mães estudantes e muitos outros grupos não consigam permanecer na universidade. Querem tornar, mais uma vez, as universidades e Institutos Federais um espaço reservado aos filhos das elites, onde o pobre não possa permanecer e onde o conhecimento sirva apenas para formar quadros técnicos sem compromisso com o desenvolvimento social.

Bolsonaro quer sucatear as universidades e IFs com o intuito de privatizá-las e tem como um dos principais objetivos atacar a permanência estudantil. Prova disso foram os inúmeros cortes que o Pnaes sofreu desde o início de seu governo, inclusive fazendo com que tenhamos uma redução de 18% das verbas somente neste ano, mesmo com a demanda aumentando por conta do crescente desemprego, agravado pela pandemia. Além disso, com a pandemia do novo Coronavírus, o investimento em políticas de assistência estudantil deveria ser ampliado, a fim de combater a evasão e garantir que todos os estudantes brasileiros tivessem condições de acompanhar as atividades remotas. Entretanto, a política de Bolsonaro e seus aliados seguindo a cartilha do teto de gastos, foi na direção oposta: enxugou o orçamento da universidade, o que representa um golpe fatal para diversas áreas vitais para o funcionamento das universidades, como a assistência estudantil, essa política acelera o processo de evasão e expulsa a classe trabalhadora das universidades. O corte no orçamento de custeio dessas instituições significa o corte nas bolsas de permanência, aumento no preço dos restaurantes universitários, corte nos transportes universitários, nas vagas das moradias estudantis e o fim de tantas outras políticas que garantem a possibilidade de estudar aos estudantes mais pobres.

No âmbito das Universidades Estaduais, assistimos um processo de descaso que se arrasta há anos. As e os estudantes da maioria dessas instituições vivenciam uma situação de completa ausência de políticas que garantam a permanência estudantil. A UNE, em gestões anteriores, teve um papel importantíssimo em levantar a necessidade da criação dos Planos Estaduais de Assistência Estudantil, como ocorreu no Estado de Pernambuco. Fortalecer a articulação entre a União Nacional dos Estudantes, as UEEs e os DCEs das universidades estaduais é fundamental para continuarmos criando políticas de permanência nestas instituições.

No âmbito das Universidades e Instituições de Ensino Privadas, viu-se um total desamparo dos e das estudantes que ingressaram em cursos através de políticas como ProUni e FIES, além da desestruturação de tais programas. A pandemia tem gerado grandes debates sobre a qualidade do ensino e a cobrança integral das mensalidades nas universidades privadas. Estes debates foram feitos ignorando as representações dos professores e dos estudantes, na recusa em democratizar a decisão sobre qual futuro seguir para toda a comunidade acadêmica, tendo como única perspectiva a manutenção dos lucros. Com as universidades fechadas, seus laboratórios, toda sua estrutura, etc. não consomem energia, e por isso os custos reduziram drasticamente. Durante a pandemia percebemos que enquanto as famílias perdem renda devido ao aprofundamento da crise, as universidades ampliam seus lucros com a integralidade das mensalidades e diminuição dos custos de manutenção. Enquanto o movimento estudantil se organizou para reivindicar a redução das mensalidades e maiores apoios a estes estudantes, a resposta de Bolsonaro foi a negligência. Em diversos estados houve formulação de projetos de redução das mensalidades, sendo votado em algumas Assembleias Legislativas (RJ, BA, PA, etc) e aprovado, mas por conta do lobby das principais mantenedoras das instituições privadas esses projetos não foram colocados em

prática, deixando milhares de estudantes em situação de vulnerabilidade. O Programa de Bolsa Permanência do MEC, cada vez mais enxuto, não recebeu nenhum tipo de ampliação de verbas durante o período de pandemia, enquanto muitos estudantes trancavam suas matrículas ou abandonavam de vez os estudos por não terem como pagar a mensalidade.

Muitos estudantes perderam o vínculo, a matrícula e inclusive o sonho de concluir ou sequer entrar no ensino superior em função da atual política administrada, indo na contramão dos objetivos do PNAES. A ausência de um plano nacional de permanência, que atendesse estudantes do ensino superior público e privado, durante a pandemia foi notável. Não apenas por causa do acesso à internet, mas também por inúmeras outras questões que ocasionam problemas para os estudantes nesse momento: a falta de um ambiente físico adequado para estudo; a falta de atenção psicossocial, cuja demanda aumentou durante a pandemia; a sobrecarga das estudantes mães, que tiveram sua jornada triplicada; a falta de apoio a estudantes quilombolas, indígenas e camponeses que vivem em áreas remotas; e mais uma série de problemas que foram agravados durante a pandemia sem qualquer busca de soluções por parte do governo.

Este momento de retomada ao presencial e após toda a turbulência que a pandemia ampliou, nos exige pensar o papel da UNE e do movimento estudantil na construção de uma luta forte e nacional em defesa da permanência. Lutar por assistência estudantil é lutar pelo direito da classe trabalhadora de permanecer e transformar a universidade. Essa centralidade das políticas de permanência só será alcançada com uma mudança significativa na conjuntura política, a partir da derrubada de Bolsonaro e da construção de outro projeto de país. É por isso que, alinhado à luta por mais assistência estudantil, devemos empunhar com muita força a consigna do #ForaBolsonaro. Derrubar Bolsonaro e seu projeto é fundamental para romper com o projeto ultraliberal de sucateamento da educação, que impacta diretamente nas políticas de assistência estudantil.

Para o ano de 2021 e 2022 já está previsto um grande contingenciamento por parte do governo nas verbas de custeio das Instituições Federais de Ensino Superior. Cerca de 58% do orçamento para assistência estudantil, para chegarem às universidades, depende da aprovação do Congresso Federal, composto por uma maioria governista e liberal, que vem promovendo o desmonte do Estado e de direitos. É lamentável que uma política como o PNAES, fundamental para a assistência e permanência dos estudantes na universidade pública - que se popularizou e se pintou de povo ao longo da última década - não seja colocada como um ponto indispensável para o pleno exercício da função social da universidade na sociedade brasileira.

É urgente a necessidade de barrar os retrocessos na educação, que impactam diretamente a classe trabalhadora, que hoje se encontra na universidade, por isso é preciso garantir a permanência para que possamos transformar a universidade. A Lei de Cotas de 2012 revolucionou nossas instituições de ensino. Mudaram não apenas a quantidade de pessoas negras e indígenas dentro das universidades, mas qualitativamente a produção do conhecimento científico. Nossa tarefa é alertar a sociedade sobre o sucesso que significa a Lei de Cotas, e lutar para renová-la em 2022. Políticas como o Reuni, o Pnaes, o Pnaest e o Programa Bolsa Permanência também tiveram importante contribuição para a transformação da universidade. As políticas de democratização e assistência foram fundamentais para garantir o ingresso acompanhado da permanência, que precisa ser cada vez mais ampliada. Este processo transformou a dinâmica das universidades, que passou a formar médicas, enfermeiros, professoras, engenheiras e tantos outros profissionais oriundos da classe trabalhadora.

As políticas de permanência não garantem apenas o diploma nas mãos de um estudante, mas também a construção de uma universidade mais diversa e plural, onde o conhecimento também parte da periferia, da zona rural, do quilombo e da aldeia. É por isso que uma das tarefas fundamentais da UNE nesta nova gestão é a defesa inflexível da assistência estudantil. Dentre as tarefas necessárias neste próximo período, destacamos:

1. A defesa do quadripé universitário: Pesquisa, Ensino, Extensão e Permanência;
2. A articulação de um Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil, que seja composto pelos diretores da pasta na entidade e de representantes desta pauta nas entidades gerais e de base (UEEs, DCEs, DAs, CAs, Executivas de Curso);
3. Luta pela criação e acompanhamento de comitês e pró-reitorias de assistência estudantil nas universidades, a fim de monitorar e acompanhar o repasse de verbas do Pnaes e Pnaest, para que o movimento estudantil participe das decisões sobre os recursos;
4. A construção de uma campanha em defesa da assistência estudantil em conjunto com o Fonaprace, outras entidades, parlamentares e lideranças do campo da educação;
5. Construção de uma jornada de lutas em defesa da assistência estudantil, que tenha como principal pauta o #ForaBolsonaro (Para o estudante permanecer, o Bolsonaro tem que sair);
6. Lutar pela criação de um plano nacional efetivo de inclusão digital, observando as necessidades reais dos estudantes brasileiros;
7. Pautar a implementação de um Política de Assistência Estudantil adaptada à nova realidade com a volta das aulas presenciais seguras, além de pressionar em todo o país pela vacinação a todos/todas estudantes para garantir a volta das aulas presenciais seguras;
8. Organizar a luta dos estudantes em defesa da redução das mensalidades e da resolução dos problemas dos estudantes em situação de inadimplência, pois são políticas como essas que garantem a permanência destes trabalhadores nas suas instituições.